

# Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas

ANA MANOELA PRIMO DOS SANTOS SOARES (KARIPUNA)   
Universidade Federal do Pará | Belém, PA, Brasil  
anamanoelakaripuna@gmail.com

DOI 10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396

**resumo** Este artigo é realizado por uma indígena do povo Karipuna do Amapá, antropóloga e socióloga. Parto das oralidades, diálogos, vivências e memórias que nós, indígenas mulheres, compartilhamos nos territórios das aldeias e das cidades e com os ensinamentos que as parentas compartilham nos movimentos indígenas e nas universidades. Busco tecer reflexões com os movimentos de indígenas mulheres e com os momentos em que fui questionada, na academia, sobre a existência, ou a inexistência e sobre o que seria um feminismo indígena. Argumento no texto, que nós indígenas mulheres, em contexto nacional estamos tecendo experiências de resistência e movimento em diálogo com debates de gênero e empoderamento feminino.

**palavras-chave** Karipuna do Amapá; Indígenas Mulheres; Feminismos Indígenas; Gênero; Empoderamento

**Women from this land: Reflections with indigenous women's movements on the existence and non-existence of indigenous feminisms**

**abstract** This article is written by a young woman from the people Karipuna of Amapá, anthropologist and sociologist, who conducts research with women from her native people, who are her relatives by matrilineal lineage: mother, aunts and grandmother's memory. Together with the oralities, dialogues, experiences, memories and cares that we women indigenous share in the territories of villages and cities and with the teachings that relatives share in movements and universities, I seek, through this article proposal, to reflect on women indigenous movements and about the moments in which I was questioned, in academic spaces, about the existence or non-existence and about what would be an indigenous feminism.

**keywords** Karipuna (Amapá, Brazil), indigenous women, feminisms, gender, empowerment

## “O que é feminismo indígena para você?”

Sou uma jovem do povo Karipuna do Amapá que atualmente realiza pesquisas em antropologia com algumas das mulheres de meu povo de origem, as quais são minhas parentas por linhagem matrilinear, como mãe, tias e memória da avó. Neste artigo, parto das oralidades,



e190396

<https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v30i2pe190396>

diálogos, vivências e memórias que nós, indígenas mulheres<sup>1</sup>, compartilhamos nos territórios das aldeias e das cidades, mas também dos ensinamentos que as parentas<sup>2</sup> compartilham nos movimentos indígenas e nas universidades. Busco, por meio destes tecer reflexões com os movimentos de indígenas mulheres e com os momentos em que fui questionada, nos espaços acadêmicos, sobre a existência ou não existência e sobre o que seria um feminismo indígena. Este texto é uma primeira reflexão que desenvolvo sobre o assunto. Ao longo dele argumento que nós indígenas mulheres, em contexto nacional estamos tecendo experiências de resistência e movimento e diálogo com debates de gênero e empoderamento feminino.

O feminismo indígena despertou meu interesse por ser constantemente o tema principal de eventos acadêmicos para os quais sou convidada e neles solicitarem que eu contasse a minha trajetória de vida e/ou a trajetória das pesquisas que desenvolvi durante a graduação, e que dou, agora, continuidade no mestrado. Ao começar a frequentar tais eventos eu não identificava as pesquisas que realizava como feministas, mas sim como pesquisas que traziam as vozes, as histórias e os conhecimentos de algumas das indígenas mulheres de meu povo. O artigo então nasce de uma constante pergunta realizada em tais eventos: O que é feminismo indígena para você? As pessoas identificaram meu corpo, minhas palavras, pesquisas e ações como feministas. Este texto é, nesse sentido, uma tentativa de resposta, na modalidade escrita, para esta pergunta, que, provavelmente, continuará a ser colocada em futuros eventos acadêmicos sobre feminismos e gênero que porventura participe.

Apresentei o artigo, originalmente, na oficina internacional “Perspectivas Feministas na Amazônia Indígena”, que ocorreu em junho de 2021, evento online realizado pelo Centro de Estudos Ameríndios (CEstA) da Universidade de São Paulo (USP). Passado o evento, produzi este texto em diálogo o painel “Reflexões sobre experiências de campo genderizadas”, em que apresentei minha comunicação. Assim, ele foi resultado também da influência das apresentações e comentários neste e em outros painéis do evento que acompanhei como ouvinte. Para minha

---

<sup>1</sup> Utilizo o termo “indígena mulher” ao invés de “mulher indígena”, pois, em diálogos e convivências com parentas que também são discentes na Universidade Federal do Pará (UFPA), percebi em seus discursos o consenso de que a palavra indígena deveria vir antes da palavra mulher. Isso porque, antes de sermos mulheres, somos indígenas, somos Karipuna, Guajajara, Baré, Tembé. Uma vez presenciei uma parenta relatar: “nós nascemos indígenas, já ser mulher é algo que é construído posteriormente”. Ou seja, nascemos com a identidade de um povo e mais tarde constituímos o nosso ser mulher dentro dele. Em acordo com o que dizem as parentas e com o que escreve a antropóloga Camille Castelo Branco (não indígena), o povo ao qual uma indígena mulher pertence é um marcador mais específico em suas trajetórias e narrativas do que os marcadores de gênero (Barata, 2018: 13).

<sup>2</sup> Parente” é um termo que as/os indígenas, no Brasil, utilizam para se referirem a outras pessoas também indígenas, sejam de seu povo ou de algum outro povo originário. Gersem Baniwa (2006: 30) diz que “O termo parente não significa que todos os indígenas sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilhamos de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de nossos povos diante da sociedade global”.

apresentação, escolhi como título “A mãe do Brasil é indígena: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres e feminismo indígena”. A primeira parte do nome é totalmente inspirada no escrito de Myrian Veloso Crexu (2020), parenta do povo Guarani Mbya. Seu texto faz referência à ancestralidade e às raízes indígenas do Brasil, pelo lado materno, como também traz importantes reflexões sobre os processos de colonização e violências pelos quais os corpos-territórios das parentas passaram e ainda passam. Porém, com as alterações realizadas no artigo após o evento e com a aproximação do período da “II Marcha das Mulheres Indígenas: Reflorestando Mentres”, momentos de muitas reflexões para mim, decidi por (re)intitulá-lo “Mulheres Originárias: Reflexões com movimentos de indígenas mulheres sobre as existências e inexistências de feminismos indígenas”.

Advirto que não pretendo com este texto, afirmar que existam ou não existam feminismos indígenas no Brasil e sim refletir sobre os contextos que fizeram com que eu me deparasse com a pergunta apresentada na seção. A questão me levou a perceber nas oralidades das indígenas mulheres em movimento este tecido que vem se envolvendo ao gênero e ao empoderamento feminino. Assim, começo a responder à pergunta “o que é feminismo indígena para você?” aqui e sigo desenvolvendo a resposta até as considerações finais.

### **As vozes das parentas com os movimentos de indígenas mulheres**

Nesta parte trago as vozes das parentas como protagonistas, enquanto posteriormente trago a minha, pois não posso iniciar uma resposta sem somar a minha voz às vozes das parentas com relação aos movimentos de indígenas mulheres — sejam movimentos internos ou externos aos territórios. Nossas vozes precisam ecoar juntas, seja na oralidade ou na escrita, pois, nós somos vozes ancestrais e coletividade.

Como mulher Karipuna e como antropóloga que pesquisa com indígenas mulheres, percebo que os movimentos das parentas em contexto nacional não se declaram como movimentos feministas e sim como movimentos de indígenas mulheres (ou de mulheres indígenas). Movimentos de resistência, em que somos nós quem tomamos a frente, somos as protagonistas e lideranças. Creio que isto, de nós sermos as protagonistas, é algo que faz com que os movimentos de indígenas mulheres em nível nacional, regional e local sejam interpretados por algumas pessoas como formas de movimentos feministas. Compreendo que as parentas que entendem tais movimentos como feminismos indígenas não estão erradas; tampouco as parentas que não os compreendem como movimentos feministas estão. Isto é algo que ainda está em processo de discussão no Brasil: será que nossos movimentos de indígenas mulheres podem ser interpretados como movimentos feministas? Algumas parentas responderão que sim, outras que não. Mas, se de fato os movimentos de indígenas mulheres são feministas, eles são movimentos que possuem raízes, troncos, sementes, trajetórias, oralidades, memórias e demandas bastante específicas, que diferem daquelas demandas de outros

feminismos de origem não indígena, sendo movimentos contra-colonizadores<sup>3</sup> e pintados de jenipapo e urucum (Correa Xakriabá, 2018). Destaco que nossas pautas prioritárias são outras. Reivindicamos, por exemplo, o direito à vida e a cura da Terra. Passar a chamá-los de feminismos indígenas seria uma estratégia política, para estar em novos espaços de tomada de decisão. Além de que os feminismos indígenas seriam muitos, tanto o quanto o são as quantidades de povos originários e caso as parentas destes povos os desejem nomear desta forma.

Isabel Dessana, indígena mulher do povo Desana, na oficina sobre *Perspectivas feministas na Amazônia Indígena*, explicou que “o feminismo não é usual dos nossos povos, mas que na perspectiva indígena, é algo usual da academia e que nós, indígenas mulheres que estamos nas universidades, temos a responsabilidade de compartilhar os conhecimentos acadêmicos com as parentas que estão nos territórios”. Pela oralidade de Dessana compreendo que as indígenas acadêmicas são como mediadoras entre os conhecimentos dos territórios indígenas e os dos territórios das universidades, tendo a responsabilidade de dialogar a respeito de diversos assuntos com as suas comunidades, entre estes sobre os feminismos (Dessana, 2021).

No dia 8 de março de 2021, em alusão ao Dia Internacional da Mulher, ocorreu o evento online: “Março das Originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena” realizada pela Articulação Nacional Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade (ANMIGA). Nele, Sônia Guajajara, indígena mulher do povo Guajajara, mencionou a relevância da discussão sobre a igualdade de gênero, sobre as participações e o empoderamento das indígenas mulheres. Afirmou que as parentas sempre estiveram ativas nos movimentos indígenas, mas que nós não éramos notadas e reconhecidas pela sociedade dos não indígenas. Completou que as mulheres originárias possuem seus corpos-territórios violados desde 1500, que as violências contra nós aumentam e que não podemos mais ser silenciadas.

Em seu discurso, Guajajara também argumenta que as mulheres são as sementes e o ventre da Terra, que viemos do ventre das nossas ancestrais e transitamos entre o chão da aldeia e do mundo. Finalizou contando que somos as primeiras brasileiras e que os territórios são nossos corpos e nossos espíritos. Sendo as indígenas mulheres consideradas como aquelas que são a existência sagrada e a cura da Terra. Outras parentas, nesta mesma *live*, completaram que as mulheres são como raízes profundas, somos a continuidade de nossas avós, somos as mães das aldeias, somos território e levamos o território conosco por onde formos (Mídia Índia Oficial, 2021). Em concordância com as falas de Guajajara teço duas considerações: a primeira a

---

<sup>3</sup> Daiara Tukano, parenta do povo Tukano, comunicadora, artista visual e ativista, em uma série de *lives* do Abril Indígena de 2021 da Rádio Yandê (primeira web rádio indígena do país) disse que nós, povos indígenas, não decolonizamos ou descolonizamos, quem realiza isto são os não indígenas, ou seja, quem decoloniza ou descoloniza é quem colonizou. De acordo com Daiara, as parentas e parentes contra colonizam, somos movimento contra a colonização.

respeito de sermos ativas nos movimentos indígenas; a segunda, brevemente, sobre o empoderamento; por fim, retornarei às nossas relações com a Terra e com os territórios.

A bibliografia que trata especificamente das indígenas mulheres na região de Oiapoque possui como texto fundador<sup>4</sup> um artigo da antropóloga Eneida Correa de Assis (2012). Neste texto a pesquisadora relata como foram seus primeiros contatos com os povos indígenas da região — os Karipuna, Palikur e Galibi Marworno — durante a década de 1970. Conta Assis que desde seus primeiros momentos de pesquisa percebia o protagonismo dos homens, por serem as lideranças, os caciques, mas que somente foi perceber o protagonismo das mulheres aos poucos, ao passar a conversar e manter convivências mais próximas com elas. Sobre isto, minha mãe e minhas tias maternas me narram que antigamente as parentas, em nosso povo, não ocupavam os cargos de lideranças, como ocorre hoje em dia, em que são cacicas, vice cacicas e conselheiras. Exerciam seu protagonismo de outras formas, ao se tornarem fundadoras de aldeias, pajés, parteiras, mães, esposas, antigas<sup>5</sup> e, principalmente, ao ensinarem as novas gerações sobre os conhecimentos do nosso-sistema Karipuna<sup>6</sup>, pois, como minha mãe me conta: são com as mulheres que as crianças, nas aldeias, têm seus primeiros ensinamentos.

Se Eneida Assis (2012) percebeu este protagonismo por meio das oralidades compartilhadas e convivências com as mulheres dos povos de Oiapoque, os povos não indígenas perceberam o protagonismo das indígenas mulheres, em nível nacional, com Tuíra Kayapó quando esta encostou o facão no rosto do presidente da Eletronorte no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989. Gesto em protesto, contra a opressão que os kuben (homem branco) faziam contra seu povo para a construção da hidrelétrica de Kararaô, atual Belo Monte. Ali se viu um gesto de empoderamento da própria Tuíra, das indígenas mulheres, mas

---

<sup>4</sup> Trago este texto por tratar da região de origem de meu povo. As indígenas mulheres de Oiapoque são as protagonistas nos estudos sobre si e com as parentas. Excetuando-se o texto de Assis (2012), todos os textos que tratam especificamente das indígenas mulheres da região são realizadas pelas próprias parentas, entre estas produções bibliográficas estão algumas realizadas por mim, (SOARES, 2021; 2020; 2019), porém atribuo destaque às produções de Ariana dos Santos (2016; 2019) e Claudia Lod (2018). Além de atribuir destaque a Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão (AMIM), que é a associação das parentas da região de Oiapoque. Junto a esta bibliografia também houve durante os anos de 2016 e 2018 o projeto “A mãe do corpo: aprendizagem, conhecimento e afinidade entre populações indígenas”, realizado em Oiapoque e coordenado pela antropóloga Antonella Tassinari. Há ainda a pesquisa de Mestrado em Letras pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) da parenta Bruna Almeida Karipuna, intitulado “Ixtua Dji Fam-Iela - Narrativas Oraís de Mulheres Karipuna: uma análise Sobre o lugar de fala da mulher indígena do baixo Oiapoque”, que está em processo de conclusão.

<sup>5</sup> As antigas são as nossas ancestrais. Elas são aquelas que já faleceram a muitos anos e fizeram a passagem para o *outro mundo*, que é o mundo dos *karuãna* ou o invisível, ou são aquelas senhoras que ainda estão presentes *neste mundo*, que é o *mundo dos humanos*, ou visível, mulheres idosas ou mais velhas que são consideradas por nós, Karipuna, como importantes detentoras de conhecimentos.

<sup>6</sup> Nosso-sistema é um conceito criado e utilizado pelas parentas e parentes de meu povo de origem, ele abrange e explica os conjuntos de práticas, conhecimentos e crenças do povo Karipuna (Tassinari, 2003)

também um gesto de empoderamento dos povos indígenas, em especial, dos Kayapó. Telma Taurepang, liderança do povo Taurepang, em mesa de debate durante o Encontro dos Povos Mebengonkrê e Lideranças Indígenas do Brasil, disse que Tuíra Kayapó é inspiração para as indígenas mulheres (Arini, 2021).

Sobre o protagonismo das mulheres do povo Xakriabá, Célia Correa Xakriabá (2018> 53-54) escreve que suas parentas passaram a protagonizar o movimento indígena por meio das lutas pela retomada de terras. Prosseguindo no protagonismo “ao elevarem sua escolaridade através do curso de Licenciatura Indígena e ao atuarem no processo de afirmação identitária”. Havendo em seu povo “um consenso de que as mulheres não foram, antes, protagonistas”, mas que se tornaram “ao se perceberem como pilares”. Pois, nas palavras da parenta, eram as mulheres Xakriabá quem traziam a força da pintura, quem temperavam os alimentos que davam às filhas e aos filhos, alimentando também a cultura e sustentando os territórios.

Retomo novamente a voz de Sônia Guajajara, que na Conferência “A perspectiva indígena para um outro mundo”<sup>7</sup>, durante o evento Fazendo Gênero em julho de 2021, disse que as mulheres indígenas estão se organizando cada vez mais e que desde o ano de 2015 estamos procurando formas de articular estratégias de formação, empoderamento e participação em todos os espaços. De acordo com esta liderança, isto não quer dizer que as mulheres não lutavam antes e que não estavam junto aos indígenas homens lutando pela igualdade de direitos e respeito às especificidades dos povos indígenas. O que Guajajara evoca é que a partir do Acampamento Terra Livre (ATL) de abril de 2015, por meio de articulações nacionais, as indígenas mulheres passaram a ter uma maior visibilidade.

Em diálogos anteriores sempre ouvi Guajajara se referir ao machismo presente nos territórios indígenas como uma epidemia que veio junto dos europeus, porém desta vez substituiu a palavra epidemia por pandemia, ou seja, o machismo enquanto uma pandemia que veio com a colonização. A violência contra os corpos das mulheres não é cultural dos povos originários, mas uma herança do colonialismo. Afirmou que as lutas por emancipação das indígenas mulheres não se dissociam das lutas contra o extermínio dos povos indígenas e de nossos territórios geradas pelo capital. Completando que as mulheres buscam ocupar os distintos lugares de poder com vistas a quebrar as barreiras do machismo, do preconceito e da subserviência. Em complemento, Silvia Rivera Cusicansque, de origem Aimará e socióloga, traz em suas pesquisas a informação de que a lógica patriarcal tem reprodução inclusive nos circuitos indígenas e que isto confirma uma histórica exclusão das indígenas mulheres dos direitos de participação em espaços públicos, incluindo alguns construídos no âmbito das lutas indígenas (Barbosa, 2021: 169).

---

<sup>7</sup> Conferência: A perspectiva indígena para um outro mundo & Marcha Virtual. Youtube, 27 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46lJ0z94NXQ&t=1518s> Acesso em: 29 de ago. de 2021

Nos movimentos de indígenas mulheres, as parentas discutem as colonizações que atingem nossos corpos, nossos territórios e nossos conhecimentos, desde a invasão do Brasil no século XVI. Para nós a colonização não é um episódio que ficou no passado, ela ainda tem suas consequências muito fortes no presente. Para nós a colonização é a origem das desigualdades, foi ela quem trouxe o patriarcalismo, o paternalismo e os machismos para dentro de nossos territórios. Quando digo e escrevo “nossos territórios”, não me refiro apenas às aldeias e às terras indígenas, mas a todo o país, pois, o Brasil inteiro é Terra Indígena. As cidades invadiram nossos territórios sagrados e há muitas parentas que residem, demarcam suas ancestralidades e conhecimentos nos territórios urbanos.

Com as falas e as ações das parentas, antropólogas e sociólogas citadas, compreendo que o empoderamento das indígenas mulheres é algo que coloca, a nós, como aquelas que tomam as decisões sobre os nossos próprios corpos e territórios (corpos-territórios), mas também, entendendo o empoderamento como uma forma de ir contra as opressões que os não indígenas praticam contra nossos povos. O “Documento Final da I Marcha das Mulheres Indígenas”, ocorrida em Brasília em agosto de 2019 e o “Manifesto das primeiras brasileiras - As originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena”, semente da ANMIGA e publicada em março de 2021 são documentos que tratam das representatividades das parentas nos espaços de decisão, contra a violência que atinge as indígenas mulheres e a favor de seu empoderamento “a partir do acesso à informação e formação qualificada, além de buscarmos fortalecer os movimentos de indígenas mulheres junto aos homens, pois, fomos nós quem os geramos em nossos ventres”. Em complemento ao entendimento do que é o empoderamento para as indígenas mulheres, coloco a fala de Shirley Krenak na *live* “Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros” também realizada no evento Fazendo Gênero de julho de 2021, onde a parenta fala que “os espaços precisam ser ocupados e precisam o ser pelas indígenas mulheres, pois somos mulheres-povo”. Neste mesmo evento, Krenak colocou que as indígenas mulheres são árvores que com seus diferentes troncos estão enraizadas, mas que suas raízes compõem a profundidade da Mãe Terra. Afirmando que somos mulheres coletividades, que somos os escudos dos ancestrais, dos descendentes e do universo.<sup>8</sup>

Kari Guajajara, na já referida, *live* da ANMIGA (2021), tem uma fala semelhante à de Shirley Krenak, quando diz que as mulheres são raízes ancestrais e guardiães das memórias. Conforme contou Luene Karipuna no mesmo evento, “se o território é nosso corpo e espírito, nós mulheres e os parentes homens temos que devolver a força para esse território”, a força é dada por meio do cuidado. Completando a parenta Karipuna, com uma alusão que o cuidado que o território tem com os seres humanos ao nos oferecer os alimentos e as plantas é o mesmo

---

<sup>8</sup> Roda de Conversa: Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros. Fazendo Gênero 12. Youtube, 26 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zcd5ERJ2P8U> Acesso em: 26 de jul. de 2021.

cuidado que uma mãe tem ao amamentar o seu filho. Para Cintia Guajajara, em seu canto no Acampamento Terra Livre (ATL) online de abril de 2021, é da natureza que nós indígenas mulheres trazemos a força de nossas ancestrais.<sup>9</sup> Segundo as palavras das parentas e o manifesto da ANMIGA (2021), nossos corpos são corpos-territórios, somos a própria Terra, pois, “a Terra é irmã, é filha, é tia, é mãe, é avó, é útero, é alimento, é a cura do mundo”, mas também somos sementes dela. Se para nós a Terra é um útero, as florestas são os pulmões e as águas são o nosso sangue. Por isso somos corpos-territórios. As indígenas mulheres representam os diferentes biomas e nossa luta está diretamente relacionada à preservação destes. Célia Xakriabá (2018: 26-42) colocou em sua dissertação de mestrado que a relação que temos com o território não é uma relação da Terra como matéria, mas uma relação ancestral do território como corpo e espírito. Para ela, o território não é apenas o lugar de morada do corpo, mas também o lugar sagrado de morada da alma e eles guardam as memórias que aprendemos. É dela que trago o conceito de “corpos-territórios”. Na mesma live em que estive a parenta Shirley Krenak, Aranduhá Kaiowá, do povo Guarani Kaiowá comunicou que “os biomas fazem parte do nosso corpo e nós deles”, por isso somos mulheres biomas.

Reafirmo que os movimentos de indígenas mulheres, no momento, em nível nacional não se declaram como movimento feminista, mas como colocado pelo Manifesto da ANMIGA (2021), se declaram como movimentos com valores e memórias matriarcais em que os debates de gênero e geração estão inseridos. Onde se criam espaços de conexão para fortalecer as indígenas mulheres, também fortalecendo o movimento indígena, uma vez que, somos quase a metade da população indígena do país.<sup>10</sup> Afirmou, Sônia Guajajara, em vídeo para o evento “Mulheres Indígenas: Cura da Terra”, um encontro global de indígenas mulheres, que aconteceu em setembro de 2020, que a pauta das “mulheres indígenas está diretamente ligada às pautas ambientais e de direitos humanos”.<sup>11</sup>

### **Considerações finais: Afinal, sou feminista indígena?**

Os cânones indígenas que utilizei para pensar o que são os movimentos de indígenas mulheres e para pensar a existência ou a inexistência de feminismos indígenas foram as próprias vozes das parentas que são lideranças, em seus textos e falas gravadas em vídeos. Além de também pensar estas questões a partir dos ensinamentos que as parentas de meu povo de origem

---

<sup>9</sup> Live - Guerreiras da Ancestralidade: Á-vos-z da Terra: heranças que ecoam. Acampamento Terra Livre (ATL) 2021. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Youtube, 26 de abril de 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=iDE\\_p-1NjLc](https://www.youtube.com/watch?v=iDE_p-1NjLc) Acesso em: 23 de mai. de 2021

<sup>10</sup> Somos 448 mil mulheres de 900 mil parentes (MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS – AS ORIGINÁRIAS DA TERRA: A MÃE DO BRASIL É INDÍGENA, 2021).

<sup>11</sup> Sônia Guajajara, “Cura da Terra”. Vídeo disponível no canal Mídia Índia. Youtube, 02 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1vF4mYnJRMU> Acesso em: 25 de mai. De 2021.

me deram ao longo dos anos, da infância até minha vida adulta, ainda que não estejam tão nítidos no texto. Com relação a Oiapoque, a região de origem do meu povo, não percebo o movimento de indígenas mulheres da região se identificar como um movimento feminista, mas sim como um movimento das indígenas mulheres que se dão as mãos em ajuda, em mutirão e coletividade (Santos; Machado, 2019). Tampouco nunca presenciei alguma parenta de meu povo se declarar abertamente como feminista.

A primeira vez que apresentei essa reflexão, durante o evento da CEStA, uma das pesquisadoras que estava na mesa comigo me chamou a atenção para o fato de que nós duas havíamos trabalhado com *lives* de indígenas mulheres para a tecitura de nossas pesquisas. Ela com *live* que tratava da curadoria e realização das artes contemporâneas indígenas por parentas e eu com *lives* com os movimentos indígenas que tem as mulheres como protagonistas. Pesquisar com *lives*, para mim, em um momento de pandemia, foi uma forma de acessar as vozes e as imagens das parentas, por não poder estar com elas, conhecê-las ou reencontrá-las nos territórios e nas mobilizações.

Minha intenção com este artigo não foi a de traçar uma linha histórica dos movimentos de indígenas mulheres em contexto nacional, mas o de trazer os discursos das parentas na contemporaneidade, a fim de refletir sobre as similaridades e distanciamentos que a entre os nossos movimentos e os feminismos. O que une os movimentos de indígenas mulheres aos feminismos são os debates de gênero; as mobilizações pelas participações nos lugares de enunciação; o empoderamento pelo acesso à formação e informação qualificada; e o combate à violência contra a mulher. Porém, estes debates que as parentas trazem e as opressões que nós indígenas mulheres sofremos são de origem e natureza distinta daquelas que atingem as mulheres não indígenas.

Como colocado no princípio do texto, esta reflexão nasce do fato das pessoas identificarem meu corpo, minhas palavras, pesquisas e ações como feministas. Com relação a isto afirmo que trago os valores matrilineares (como as minhas parentas Karipuna falam) ou matriarcais (como as parentas, em nível nacional colocam)<sup>12</sup> comigo para este texto e outros que realizo, mas também com o passar dos anos e após muitos eventos sobre gêneros e feminismos, passei a me identificar como indígena feminista. Não por concordar que exista um movimento feminista indígena pelos territórios que circulo, pois entendo que as parentas a âmbito nacional e local de Oiapoque não colocam desta forma, mas por articular, em âmbito pessoal, valores dos movimentos indígenas e dos movimentos feministas, porque são as duas realidades que vivo, a do território indígena e a do chão do mundo. Porém, compreendendo que os movimentos feministas apesar de em momentos dialogarem conosco, eles não nos contemplam, como os nossos movimentos de indígenas mulheres o fazem. O movimento de indígenas mulheres é

---

<sup>12</sup> Neste texto estou a considerar os valores matrilineares e matriarcais como sinônimos.

pintado de jenipapo e urucum e vem antes de quaisquer outros movimentos, sejam estes feministas ou não. Os movimentos originários são os que tem origem em nossos territórios e em nossas culturas, são neles que nos mobilizamos a séculos pelas existências e resistências de nossos corpos-territórios.

Em diálogo com as vozes e escrita das parentas busco demonstrar que nós indígenas mulheres, em contexto nacional, estamos tecendo diálogo com gênero e empoderamento feminino, isto inclusive, é algo demarcado no Manifesto da ANMIGA (2021). Mas este diálogo não está a nos definir como movimentos feministas indígenas. Reconhecemos e fortalecemos as lutas e demandas de nossas aliadas. Mas temos raízes distintas. Compreendendo também, que conversar com outros movimentos de mulheres é algo que nos traz conhecimentos para contribuir e fortalecer as nossas próprias lutas enquanto mulheres originárias

### Referências Bibliográficas

- ACAMPAMENTO TERRA LIVRE. 2021. “Guerreiras da Ancestralidade: Á-vos-z da Terra: heranças que ecoam”. Acampamento Terra Livre (ATL) 2021. Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB). Youtube, 26 de abril de 2021. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=iDE\\_p-1NjLc](https://www.youtube.com/watch?v=iDE_p-1NjLc) Acesso em: 23 de mai. de 2021
- ARINI, Juliana. 2021. “O governo não irá nos dividir”, diz líder Tuíra Kayapó. *Amazônia Real*, Belém, 16 jan. 2020. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/o-governo-nao-ira-nos-dividir-diz-lider-tuira-kayapo/> Acesso em: 20 de mai. De 2021
- ASSIS, Eneida Corrêa de. 2012. *Descobrimo as Mulheres Indígenas no Uaçá - Oiapoque: uma antropóloga e seu diário de campo*. Belém: Oapers do NAEA.
- BANIWA, Gersem. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional.
- BARATA, Camille Gouveia Castelo Branco. 2018. *Mulheres da montanha: corporeidade, dor e resistência entre indígenas*. Belém, Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Pará. Belém. 2018.
- BARBOSA, Lia Pinheiro. “Silvia Rivera Cusicanqui, a tecedora de uma Sociologia do Abya Yala”. In: FRAGA MACHADO, Rita de Cássia. (Org.). *As Pensadoras*. Porto Alegre: Editora As Pensadoras, pp.150-178.
- CORREA XAKRIABÁ, Célia Nunes. 2018. *O Barro, o Genipapo e o Giz no fazer epistemológico de Autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada*. Brasília, Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília.
- CREXU, Myrian. 2020. *A mãe do Brasil é indígena*. Versão alternativa disponível em <https://www.xapuri.info/resistencia-indigena/sagrado-indigena/a-mae-do-brasil-e->

- indigena/#:~:text=%E2%80%9CA%20m%C3%A3e%20do%20Brasil%20%C3%A9,suas%20pr  
eces%20e%20suas%20lutas.
- DESSANA, Isabel. 2021. “Amazônia e gênero: Um olhar acerca das mulheres ameríndias - Numiã ‘Wiogó’”. Conferência apresentada na Oficina Internacional Perspectivas Feministas na Amazônia Indígena. São Paulo, Centro de Estudos Ameríndios. (Texto Inédito).
- GUAJAJARA, Sonia. “A perspectiva indígena para um outro mundo”. Conferência apresentada durante o Seminário Internacional Fazendo Gênero 12, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=46IJ0z94NXQ&t=1518s> Acesso em: 29 de ago. de 2021.
- LOD MORAES, Cláudia Renata. 2018. AMIAKÔ WOLĬ MEDELA NEÍ AMIAKÔ NIMÜDAI ELOMEM A transição de menina para mulher e a menstruação como rito de passagem entre os Galibi Kalí'na. Oiapoque, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Amapá.
- MANIFESTO DAS PRIMEIRAS BRASILEIRAS – AS ORIGINÁRIAS DA TERRA: A MÃE DO BRASIL É INDÍGENA. 2021. Disponível em: <https://anmiga.org/manifesto/> Acesso em: 18 de maio de 2021.
- MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. 2019. “Território: Nosso Corpo, Nosso Espírito” (documento final da Marcha de Mulheres Indígenas de 2019). Brasília: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Disponível em: <http://apib.info/2019/08/15/documento-final-marcha-das-mulheres-indigenas-territorio-nosso-corpo-nosso-espírito/> Acesso em: 20 de agosto de 2019.
- MÍDIA ÍNDIA OFICIAL. 2021. *Março das originárias da Terra: A mãe do Brasil é indígena*. Youtube, 08 de março de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nhEL3oMe3sY&t=1554s> Acesso em: 25 de mai. de 2021.
- RODA DE CONVERSA: Corpos-territórios: as mulheres indígenas dos seis biomas brasileiros. 2021. Fazendo Gênero 12. Youtube, 26 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zcd5ERJ2P8U> Acesso em: 26 de jul. de 2021.
- SANTOS, Ariana dos. 2016. *As índias vão à luta: A trajetória da Associação das Mulheres Indígenas em Mutirão e sua contribuição para o movimento indígena do Baixo Oiapoque*. Oiapoque, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Amapá.
- SANTOS, Ariana dos; MACHADO, Tadeu Lopes. 2019. “As mulheres no movimento indígena de Oiapoque: uma reflexão a partir da associação das mulheres indígenas em mutirão”. *Espaço Ameríndio*, vol. 13: 67-86.
- SOARES, Ana Manoela Primo Dos Santos. 2021. “As perguntas das antropólogas: percepções sobre a demarcação do território da escrita e o costurar dos conhecimentos”. *Novos Debates – Fórum de Antropologia*, vol. 7, n.1: e7140. DOI: 10.48006/2358-0097-7104

- SOARES, Ana Manoela Primo Dos Santos. 2020a. “Ser mulher Karipuna e outras subjetividades em contexto de deslocamento entre a aldeia em Oiapoque e o espaço urbano belenense”. *Equatorial* – Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN, vol.7, n. 1: 1-21. DOI 10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18347
- SOARES, Ana Manoela Primo Dos Santos. 2019. “Sangue menstrual na sociedade Karipuna do Amapá, Brasil”. *Amazonica* – revista de Antropologia, vol. 11: 413-433. DOI 10.18542/amazonica.v11i2.7548
- SOARES, Ana Manoela Primo Dos Santos. 2018. *Mulheres Karipuna do Amapá: Trajetórias de Vida das Fam-Iela: uma perspectiva autoetnográfica*. Belém, Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal do Pará.
- TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. 2003. *No bom da festa*. O processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá. São Paulo: Edusp.

## sobre a autora

### Ana Manoela Soares (Karipuna)

Indígena do povo Karipuna do Amapá e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da Universidade Federal do Pará. Possui graduação em Licenciatura em Ciências Sociais com habilitação em sociologia

**Autoria:** Ana Manoela Karipuna foi responsável pela organização dos argumentos, coleta dos dados e pela escrita do artigo.

**Financiamento:** A realização da pesquisa e escrita deste artigo não contou com financiamento público.

Recebido em 12/09/2021

Aprovado para publicação em 16/12/2021.

